



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0333525-9
APELANTE: MARDÔNIO ACLÉSIO DA SILVA
APELADO: IDEAL SAÚDE
RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – CIVIL E PROCESSO CIVIL – AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ESPECÍFICA E PEDIDO DE DANOS MORAIS. Seguradora apelada por desídia cometeu ilícito e conseqüentemente dano moral a apelante, devendo responder pelo seu ato e sofrer condenação. Sentença que reconheceu o direito da autora e a desídia da empresa apelada, mas se omitiu quanto ao pleito autoral no tocante a condenação por danos morais, merece ser reformada. **PROVIMENTO AO APELO** para reformar a sentença, no sentido de condenar a empresa apelada a indenizar a apelante no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, bem como reformar a condenação a título de honorários advocatícios, sendo estes arbitrados no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da condenação, mantendo-se os demais termos da sentença. **DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos em **DAR PROVIMENTO AO APELO**, para reformar a sentença e condenar a apelada a indenizar a apelante em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais e fixar os honorários advocatícios no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da condenação, mantendo-se os demais termos da sentença.

Recife, de de 2014.


Des. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

136

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0333525-9
APELANTE: MARDÔNIO ACLÉSIO DA SILVA
APELADO: IDEAL SAÚDE
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO:

Adoto o relatório da sentença de fls.85/90

Acrescento que o Douto Magistrado, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com pedido de Tutela Específica, contra IDEAL SAÚDE, julgou procede o pedido do autor e condenou o réu a fornecer exames e procedimentos necessários para o tratamento de sua doença(lesões severas na artéria descendente, lesão severa no 1/3 proximal do 2º ramo marginal esquerdo, lesão discreta no 1/3 médio da coronária direita e lesão severa na origem de sub-ramo ventricular posterior) bem como a intervenção cirúrgica necessária para o seu tratamento, ratificando a tutela anteriormente deferida.

Condenou ainda a empresa ré, nas custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) nos moldes dos §§3º e 4º do art. 20 do CPC.

Inconformada com a decisão supramencionada, a parte autora vem interpor recurso de apelação e em suas razões de fls.93/98, aduz em síntese que a sentença merece reforma vez que o magistrado a quo não observou o primeiro parágrafo dos pedidos, no tocante aos danos morais, bem como alega que os honorários advocatícios devem ser baseados no §3º do art. 20 do CPC, sobre o valor da causa, pois foram recolhidas as custas sobre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Por fim, requer provimento ao apelo para que seja reformada a sentença *a quo*, a fim de que seja acolhido o pleito de danos morais bem como arbitrados os honorários com fulcro no §3º e 4º do art. 20 do CPC, sobre o valor da causa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

137

Contrarrazões apresentadas às fls.104/113, pela IDEAL SAÚDE LTDA, onde rechaça todos os argumentos da peça apelatória e ao final pugna pela manutenção da sentença, sob a alegação de que não houve condenação por danos morais uma vez que tal pedido não foi formulado pelo autor, na inicial. Quanto aos honorários advocatícios, alega que foi corretamente fixado pelo juízo *a quo*.

É o Relatório. À Douta revisão.

Recife, de 13 de maio de 2014.

Des. Fernando Martins

Relator



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

Processo n.º: 0001089-61.2010.8.17.0001
Sentença n.º 666/ 2012

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de **Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela específica**, proposta por **MARDONIO ACLECIO DA SILVA** em face de **PLANO IDEAL SAÚDE**

Esclarece o demandante ser usuário pelo plano ideal saúde, na modalidade PME GLOBAL ESPECIAL, encontrando-se em dia com suas mensalidades, bem como cumpridos todos os períodos de carência.

Alega ter sido submetido a um cateterismo cardíaco do qual ficou diagnosticado lesões severas na artéria descendente, lesão severa de 1/3 proximal do 2º ramo marginal esquerdo, lesão discreta no 1/3 médio da coronária direita e lesão severa na origem de sub-ramo do ramo ventricular posterior, sendo dessa forma necessário intervenção cirúrgica, da qual fora solicitada pelo médico cirurgião cardíaco Fernando Moraes para o dia 06 de janeiro de 2010, no hospital português.

Ocorre que, segundo o demandante, por um equívoco da funcionária da demandada fora colocado no requerimento de urgência datado de 30 de dezembro de 2009 de que o hospital a ser realizada a cirurgia seria o Pronto Olinda, apesar de que pela sua modalidade do plano tem direito ao hospital português.

Alega, ainda, ter dado entrada no requerimento cirúrgico e não ter sido atendido no hospital português, e ao final requer a antecipação de tutela, no sentido de ser a cirurgia a que deve se submeter realizada no hospital português, com sua equipe cardiológica.

Em despacho de fls. 27/30 o Douto Magistrado deferiu a tutela antecipada pleiteada.

d 85

Contestando a demanda, o requerido pugnou pela improcedência da demanda.

É o que importa relatar.

Decido.

Inicialmente, ressalto a possibilidade de julgamento do presente caso sem necessidade de audiência de conciliação ou de instrução e julgamento. O art. 330, I do CPC concede a faculdade ao juiz de, se a lide versar unicamente sobre matéria de direito ou as provas mostrarem-se suficientes para a elucidação do bom direito, proferir desde já sentença de mérito.

Consabido é que o espírito do Código de Defesa do Consumidor é tutelar o hipossuficiente na relação de consumo, tratando desigualmente os desiguais a media em que evidencia os princípios da boa-fé e da lealdade, garantido a interpretação das cláusulas contratuais sempre de modo mais benéfico ao aderente (artigo 47), e a inversão do ônus da prova quando verossímil a alegação, assegurando-lhe, quando plausível o dano material ou moral, o direito à indenização, independentemente de culpa, em caso de defeitos pertinentes à prestação do serviço (artigo 14). A incidência destas normas ao negócio jurídico que fundamenta o pleito é indiscutível.

Preocupado com a livre formação da vontade do consumidor, o legislador estabeleceu no aludido Diploma regras tipificadoras de cláusulas abusivas, sancionando-as de nulidade absoluta com o intuito de resguardar o equilíbrio entre os contratantes.

Para tanto, foi atenuado o princípio da força obrigatória do contrato (*pacta sunt servanda*), e a conseqüente adoção da teoria da imprevisão, ao permitir a modificação das cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais e a revisão das prestações excessivamente onerosas, observada sempre a interpretação mais favorável ao consumidor.

Sobre o assunto, leciona João Batista de Almeida, na obra *A Proteção Jurídica do Consumidor*, que:

O Código do Consumidor é pródigo em dirigismo contratual, lei de índole protetiva que é. Além das normas gerais de proteção (arts. 46/50), editou normas específicas que interferem no conteúdo do contrato (art. 51, seus incisos e parágrafos). Segundo seus termos, os contratos, nas relações de consumo, não poderão conter

cláusulas que excluam ou atenuem a responsabilidade do fornecedor, que gerem desequilíbrio contratual ou que, de qualquer forma, conduzam o consumidor à situação prejudicial em face do poder econômico do outro contratante. Assim, o sancionamento das cláusulas abusivas com a pecha de nulidade absoluta (art. 51) restringiu a autonomia de atuação contratual do fornecedor, impondo-lhe a observância de normas de conduta que conduzirão indubitavelmente a um maior respeito aos direitos do consumidor, em face dos parâmetros de honestidade e moralidade que encerram e que se deseja presidindo as relações de consumo (Saraiva:1993, p. 102).

Assim, como assinala o festejado doutrinador, todas as cláusulas que ferirem tais princípios:

Nunca terão eficácia, não convalidam pela passagem do tempo nem pelo fato de não serem alegadas pelo interessado, podem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, dispensando arguição da parte; não são supríveis e não produzem qualquer efeito jurídico, pois a declaração da nulidade retroage à data da contratação (Ob. Cit, p. 104).

Da prova acostada nos autos, fica patente que a parte autora necessita de exames e procedimentos necessários para o tratamento de sua doença (lesões severas na artéria descendente, lesão severa no 1/3 proximal do 2º ramo marginal esquerdo, lesão discreta no 1/3 médio da coronária direita e lesão severa na origem de sub-ramo do ramo ventricular posterior), bem como da intervenção cirúrgica.

Ademais, o caso envolve notória relação de consumo, logo, não se identifica óbice ao que pleiteara o autor, considerando que a patologia tem cobertura, mesmo porque, quem se predispõe a *cuidar de vidas* deve colocar à disposição do paciente o necessário para que o tratamento venha a alcançar êxito, ou, ao menos, diminuir a adversidade que atinge a sua higidez.

Analisando a causa à luz destes princípios, aflora palpável a presença de plausibilidade jurídica das alegações tecidas pela autora. Tudo leva a crer que a parte requerida não poderia se valer de cláusula notoriamente desfavorável à segurada para furtar-se da responsabilidade pelo fornecimento tratamento necessário domiciliar, em

face do caráter notoriamente abusivo de tais ajustes unilateralmente impostos.

Panorama no qual é lícito concluir que, da forma como elaboradas, tais cláusulas delimitadoras de garantia e de cobertura de exames e procedimentos são nulas por gerarem considerável desequilíbrio contratual, capaz de expor o consumidor à situação prejudicial. Este tem sido o caminho eleito pelos nossos Tribunais:

PLANO DE SAÚDE – SEGURADO – CONTRATO – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CLÁUSULA ABUSIVA – DESCONSIDERAÇÃO – Os contratos celebrados para assistência à saúde, se identificam como de prestação de serviço e devem obediência às regras do Código de Defesa do Consumidor no que respeita às cláusulas ditas abusivas, como o são aquelas que colocam o usuário do serviço em desvantagem exagerada em relação àquele que os presta; a inadimplência de sessenta dias que autoriza a suspensão do contrato é aquela é a contínua e não a que soma pequenos dias de atrasos alternados ocorridos ao longo do pacto. Constatado que o segurado estava com suas prestações atualizadas, a recusa em atendê-lo quando necessitou do serviço, é certo que lhe acarretou prejuízos de natureza moral e material, esta, quando ele teve que desembolsar recursos próprios para tratar-se de sua enfermidade; o dano material é o que ficou, objetivamente, provado, enquanto que o dano moral, que tem natureza subjetiva, deve ser arbitrado, segundo as circunstâncias do caso, suas conseqüências, partes envolvidas, tendo sempre presente que a condenação, que reverterá em favor do ofendido, tem caráter educativo, e, por isso, há que ser arbitrada de modo a não se revelar insignificante, e, por outro lado, não deve ser tão elevada para não se converter em locupletamento (TJMA – AC 019119/2002 – (44.287/2003) – 3ª C.Cív. – Rel. Des. Stélio Muniz – J. 24.04.2003).

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CONTRATO DE SEGURO SAÚDE – Recusa em viabilizar tratamento necessário a consumidor com risco de vida. Manutenção da decisão objurgada. O dispositivo de plano de saúde que exclui a cobertura de determinadas moléstias é dissonante da boa-fé que deve pautar os contratos de consumo. Em um país que cataloga a omissão de socorro no rol dos delitos puníveis pela legislação penal, chega a revelar-se canhengue a discussão sobre a prevalência, ou não, das relações econômicas sobre o dever de salvar uma vida humana, a

A 89

fazer lembrar a lição de Eça de Queiroz: Para quem vive exclusivamente entre o metal, no cuidado do metal, e por isso se metalizou, a perda do metal é a única dor verdadeira (TJBA – AG 6.219-8/02 – (17.500) – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo Furtado – J. 07.08.2002).

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – DECISÃO QUE CONCEDEU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA COBERTURA PELA UNIMED DE GASTOS DESPENDIDOS POR ASSOCIADO – IMPLANTAÇÃO DE STENT CYPHER RECOBERTO COM RAPAMICINA – PLANO DE SAÚDE QUE NÃO COBRE A UTILIZAÇÃO DE PRÓTESE IMPORTADA – CLÁUSULA EXCLUDENTE DE COBERTURA PELO PLANO DE SAÚDE – CLÁUSULA ABUSIVA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO – Nos contratos de adesão, a exemplo do contrato de seguro de saúde celebrado com empresas prestadoras de serviços, ocorrido o "sinistro", surge a obrigação de empresa de prestar ao consumidor e a seus familiares, ou dependentes, os serviços contratados, e o fornecimento do material necessário à durabilidade e eficácia do serviço prestado. A cláusula contratual que omite, ou veda o fornecimento de medicamentos e materiais importados viola o princípio da boa-fé objetiva, sendo, portanto, abusiva e, por consequência, nula, uma vez serem estes materiais os que oferecem mais segurança e eficácia ao segurado, no tratamento cardíaco. Boa-fé objetiva significa uma atuação "refletida", uma atuação refletindo, pensando no outro, no parceiro contratual, respeitando-o, respeitando seus interesses legítimos, suas expectativas razoáveis, seus direitos, agindo com lealdade, sem abuso, sem causar lesão ou desvantagem excessiva (TJMS – AG 2003.005093-0/0000-00 – Campo Grande – 1ª T.Cív. – Rel. Des. Ildeu de Souza Campos – J. 01.07.2003).

Isto posto, com fulcro no art. 269, I do CPC, **julgo procedente** o pedido do autor e condeno o réu, fornecer exames e procedimentos necessários para o tratamento de sua doença (lesões severas na artéria descendente, lesão severa no 1/3 proximal do 2º ramo marginal esquerdo, lesão discreta no 1/3 médio da coronária direita e lesão severa na origem de sub-ramo do ramo ventricular posterior), bem como a intervenção cirúrgica necessária para seu tratamento, ratificando os efeitos da tutela antecipada deferida.


Por força do ônus da sucumbência, condeno a parte ré a arcar com os honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 500,00

90
3

(quinhentos reais) – por não ter a causa valor imediato - com esteio no §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC, além das custas processuais.

P.R.I.C.

Recife, 18 de julho de 2012



Dr. Paulo Roberto Alves da Silva
Juiz de Direito da 20ª Vara Cível
da Capital

DATA E RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os autos do Dr. Juiz de Direito

Recife, _____ de _____ de _____

Eu, _____
Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

SEXTA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0333525-9
APELANTE: MARDÔNIO ACLÉSIO DA SILVA
APELADA: IDEAL SAÚDE
RELATOR: Des. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS

VOTO:

O presente caso versa sobre obrigação de fazer com pedido de tutela específica e danos morais.

Tenho que razão assiste a apelante.

É que compulsando os autos, vejo que de fato foi formulado pedido de condenação da parte demandada em danos morais, conforme se vê em sua inicial de fls. 02/09 mais precisamente no primeiro parágrafo (fls. 08).

Sendo assim, tal pleito merece ser apreciado.

No presente caso, restou demonstrado o ilícito cometido pela parte apelada vez que não há dúvidas quanto à necessidade da parte autora de realizar exames e procedimentos necessários para tratamento de doença grave e que por desídia da apelada a parte apelante sofreu os danos pleiteados na inicial.

Ademais o sofrimento físico da apelante, devido à doença restou somado ao abalo emocional em decorrência da atitude da empresa apelada.

Ressalte-se ainda, que a desídia da empresa apelada para com a apelante, que buscou tratamento de um bem maior, que é a saúde e a vida, bem este que deve prevalecer sobre qualquer outro, dá ensejo a empresa apelada responder pelos danos morais causados a apelante.

Por todo o exposto, **MEU VOTO É NO SENTIDO DE DAR PROVIMENTO AO APELO**, para reformar a sentença ora desafiada, condenando a apelada a indenizar a apelante no valor de R\$ 10.000,00 (dez



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

mil reais) a título de danos morais, e reformo a sentença também no tocante a condenação de honorários advocatícios, o qual arbitro o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do § 3º¹ do Código de Processo Civil.

É como voto.

Recife, de de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.

¹ § 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1.10.1973)

a) o grau de zelo do profissional; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1.10.1973)

b) o lugar de prestação do serviço; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1.10.1973)

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço



138

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Apelação Cível nº 0333525-9

CONCLUSÃO

Nesta data, faço esses autos conclusos ao
Des. José Carlos Patriota Malta.

DESPACHO

- R. hoje. Revistos,
- À Pauta.
- Recife, 19 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. C. Patriota', is written over the printed name of the judge.